



Emenda de Plenário nº 01	
DAP	13 JAN 2021
Visto	<i>[Assinatura]</i>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - [www.assembleia.pr.leg.br](http://www.assembleia.pr.leg.br)**EMENDA****EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 1/2021**

Nos termos do Regimento Interno apresenta-se emenda para suprimir o art. 3º do Projeto de Lei nº 1/2021, renumerando os demais.

Curitiba, 13 de janeiro de 2021.

**Deputado Professor Lemos**  
**Líder da Oposição**

**Deputado Anibelli Neto****Deputado Arilson Chiorato****Deputado Goura****Deputada Luciana Rafagnin****Deputado Requião Filho****Deputado Tadeu Veneri****JUSTIFICATIVA**

A emenda objetiva suprimir o artigo 3º do Projeto, que altera a Lei 20.338 de 06 de outubro de 2020.

0004/2021-DAP

Referido artigo retira a necessidade das instituições apresentarem as características exigidas de forma cumulativa para serem selecionadas como parte do Programa Colégios Cívicos-Militares.

Atualmente a referida Lei prevê que:

“Art. 13 (...)

II - as instituições devem apresentar as seguintes características:

- a) alto índice de vulnerabilidade social;
- b) baixos índices de fluxo escolar;
- c) baixos índices de rendimento escolar;
- d) não ofertar ensino noturno.

(...)”

Já o Projeto propõe que:

“Art. 13 (...)

II - as instituições de ensino poderão apresentar uma ou mais das seguintes características:

- a) alto índice de vulnerabilidade social;
- b) baixos índices de fluxo escolar;
- c) baixos índices de rendimento escolar;
- d) não ofertar ensino noturno.

(...)”

Neste sentido, a emenda objetiva impedir que o Programa seja implantado de forma indiscriminada nas instituições públicas de ensino, garantindo aos alunos o acesso ao ensino regular, com gestão e execução da política educacional conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues Lemos, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 10:41, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Guzella Rafagnin, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 11:10, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:39, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:44, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tadeu Veneri, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 12:45, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Arlson Maroldi Chiorato, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:21, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285797** e o código CRC **582271ED**.



---

00141-25.2021

0285797v2



Emenda de Plenário nº <u>02</u>
DAP 13 JAN 2021
Visto <u>Ilanaia</u>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - [www.assembleia.pr.leg.br](http://www.assembleia.pr.leg.br)**EMENDA****EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 1/2021**

Nos termos do Regimento Interno apresenta-se emenda para suprimir o art. 2º do Projeto de Lei nº 1/2021, renumerando os demais.

Curitiba, 13 de janeiro de 2021.

**Deputado Professor Lemos**  
**Líder da Oposição**

**Deputado Anibelli Neto**

**Deputado Arilson Chiorato**

**Deputado Goura**

**Deputada Luciana Rafagnin**

**Deputado Requião Filho**

**Deputado Tadeu Veneri**

**JUSTIFICATIVA**

0005/2021-DAP

A emenda objetiva suprimir o artigo 2º do Projeto, que altera a Lei 20.338 de 06 de outubro de 2020, permitindo a implantação do Programa Colégios Cívicos-Militares nas instituições de ensino situadas em municípios com menos de dez mil habitantes.

Atualmente, a referida Lei autoriza a implantação apenas em municípios com mais de dez mil habitantes, que disponham de, no mínimo, dois Colégios Estaduais que ofertem ensino fundamental e médio regular situados na zona urbana.

Assim, a presente emenda objetiva impedir que o Programa seja implantado em pequenos municípios, garantindo à população destes locais o acesso ao ensino regular, com gestão e execução da política educacional conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues Lemos, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 10:34, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Guzella Rafagnin, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 11:09, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:38, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:43, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tadeu Veneri, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 12:45, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Maroldi Chiorato, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:22, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285795** e o código CRC **77243977**.



Emenda de Plenário nº	03
DAP	13 JAN 2021
Visto	<i>Flavio</i>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - [www.assembleia.pr.leg.br](http://www.assembleia.pr.leg.br)**EMENDA****EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 1/2021**

Nos termos do Regimento Interno apresenta-se emenda para suprimir o art. 5º e o art. 7º do Projeto de Lei nº 1/2021, renumerando os demais.

Curitiba, 13 de janeiro de 2021.

**Deputado Anibelli Neto****Deputado Arilson Chiorato****Deputado Goura****Deputada Luciana Rafagnin****Deputado Professor Lemos****Deputado Requião Filho****Deputado Tadeu Veneri****JUSTIFICATIVA**

A emenda objetiva suprimir o artigo 5º e o artigo 7º do Projeto, que alteram a Lei 20.338 de 06 de outubro de 2020.

O artigo 5º determina que, a partir do momento que forem selecionadas e validadas pela comunidade escolar para implementar o programa Colégios Cívico-Militares, as instituições não poderão, a partir do próximo ano letivo:

a) ofertar ensino integral;

0006/2021-DAP

- b) ser CEEBJA;
- c) ofertar ensino técnico;
- d) ofertar ensino noturno
- e) ser instituições: rural, indígena, quilombola ou conveniadas;
- f) ter dualidade administrativa.

Já o artigo 7º do Projeto, suprime da legislação em vigor a proibição da seleção de instituições que ofertem ensino noturno.

Neste sentido, a emenda objetiva impedir que o Programa seja implantado de forma indiscriminada nas instituições públicas que ofertam modalidades especiais, garantindo aos alunos as mais diversas opções de ensino, com gestão e execução da política educacional conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Anibelli Neto, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 10:19, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues Lemos, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:00, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Guzella Rafagnin, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 11:01, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:38, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mabel Cora Canto, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 11:41, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:41, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Maroldi Chiorato, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:22, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285783** e o código CRC **570309EE**.



Emenda de Plenário nº <u>04</u>
DAP 13 JAN 2021
<i>Claudia</i>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - www.assembleia.pr.leg.br

**EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA****EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 01/2021**

Nos termos do inciso I do art. 175 do Regimento Interno, apresenta-se emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 01/2021.

**Art. 6º** Acrescenta o §2º ao Art. 5 da Lei nº 20.338, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**§2º.** Diante da natureza complementar do Programa Colégios Cívicos-Militares do Paraná, deverá a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte garantir a matrícula em instituição de ensino convencional no município de domicílio do aluno cujos os pais ou responsáveis manifestem o desinteresse em participar do programa.

Curitiba, 13 de janeiro de 2021.

Mabel Canto

Deputada Estadual

**JUSTIFICATIVA**

*DAP-12021-000*



A presente Emenda Aditiva ao PL 01/2021 se justifica uma vez que é preciso salvaguardar a autonomia dos pais e responsáveis de alunos cuja a ideologia de ensino cívico-militar não se demonstre a mais adequada.

Embora nos municípios maiores do Estado tal problemática possa não vir a ser verificada, por outro lado, em cidades menores, que possuem poucas escolas de ensino fundamental e médio, pode ocorrer, eventualmente, a falta inicial de vagas ofertadas em escolas no modelo convencional de ensino. Do contrário do sistema cívico-militar, que por definição legal é de natureza complementar, o sistema de ensino tradicional ainda é o padrão, e portanto, obriga o Estado em garantir o número suficiente de vagas aos alunos que se matriculem nestas instituições.

Contudo, entende-se necessária a menção expressa desta garantia no referido texto legal como forma de solidificar o conceito facultativo e não impositivo deste novo modelo de ensino a ser ofertado pelo Poder Executivo do Estado do Paraná.

Portanto, aguarda-se o devido apoio à presente emenda por Vossas Excelências.



Documento assinado eletronicamente por **Mabel Cora Canto, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 11:25, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Homero Figueiredo Lima e Marchese, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:36, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:39, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Vinicius Ribeiro Petriv, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:44, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:45, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Guerra Filho, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 12:01, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Adriano Ferreira Fruet, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 12:23, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tadeu Veneri, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 12:46, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285821** e o código CRC **8373FFDF**.





Emenda de Plenário nº 05	
DAP	13 JAN 2021
Visto	<i>Cláudio</i>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - www.assembleia.pr.leg.br

**EMENDA****EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.001/2021**

Nos termos do inciso II do art. 175 do Regimento Interno, apresenta-se emenda aditiva ao PL 001/2021 para renumerar seus artigos 6º e 7º e inserir o artigo 6º com a seguinte redação:

Art. 6º) Acrescenta o § 3º ao artigo 14 da Lei 20338/2020, com a seguinte redação:

§ 3º O não atingimento das metas do modelo proposto, resultará em encerramento do mesmo e por conseguinte a retomada do modelo de escola civil em vigor antes de implantada a Escola Cívico-Militar.

Curitiba, 13 de janeiro de 2021.

**Deputado Professor Lemos – Líder da Oposição**

**Deputado Anibelli Neto**

**Deputado Arilson Chiorato**

**Deputado Goura**

**Deputada Luciana Rafagnin**

**Deputado Requião Filho**

**Deputado Tadeu Veneri**

0008/2021 - DAP

**Justificativa:**

A emenda objetiva dar nova redação ao artigo 6º, renumerando o atual artigo 6º como artigo 7º e também os subsequentes, prevendo o acréscimo do § 3º ao artigo 14 da Lei 20.338/2020 que visa vincular a continuidade do Programa Escolas Cívico-Militares ao atendimento das metas previstas e possibilitando o retorno ao modelo de escolas civis, trazendo assim maior efetividade do acompanhamento e participação da comunidade escolar no processo de fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues Lemos, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:15, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:20, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Maroldi Chiorato, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:21, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tadeu Veneri, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:23, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:30, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Guzella Rafagnin, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 13:33, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285883** e o código CRC **6A009E1F**.



Emenda de Plenário nº	06
DAP	13 JAN 2021
Visão	<i>Monodio</i>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - [www.assembleia.pr.leg.br](http://www.assembleia.pr.leg.br)**EMENDA****EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.001/2021**

Nos termos do inciso II do art. 175 do Regimento Interno, apresenta-se emenda aditiva ao artigo 9º do PL 001/2021 acrescentando os §§ 5º e 6º com a seguinte redação:

§ 5º - O mandato do Diretor Cívico-Militar será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 6º - Para ser indicado ao cargo de Diretor Cívico-Militar, o policial deverá ter realizado curso na diferentes áreas que estarão sob sua gestão nas escolas (infraestrutura, patrimônio, finanças, segurança e as demais atividades), bem como curso específico na área de educação.

Curitiba, 13 de janeiro de 2021.

**Deputado Professor Lemos – Líder da Oposição**

**Deputado Anibelli Neto**

**Deputado Arilson Chiorato**

**Deputado Goura**

**Deputada Luciana Rafagnin**

**Deputado Requião Filho**

**Deputado Tadeu Veneri**

0009/2021.DAP

**Justificativa:**

A emenda objetiva acrescentar os §§ 5º e 6º ao artigo 9º do PL 001/2021, a fim de trazer critérios determinados e adequados para eleição dos Diretores das escolas Cívico-Militares, à semelhança das escolas civis, de acordo com os princípios democráticos e diretrizes da educação pública, trazendo a determinação temporal dos mandatos de dois anos, bem como requisitos formativos nas áreas administrativa e pedagógicas exigidas à atividade de direção escolar.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues Lemos, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:11, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:20, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Arlson Maroldi Chiorato, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:21, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tadeu Veneri, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:23, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:30, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Guzella Rafagnin, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 13:33, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285882** e o código CRC **BA6EE155**.



Emenda de Plenário nº 04	
DAP	13 JAN 2021 .
Visto	<i>Claudia</i>

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - [www.assembleia.pr.leg.br](http://www.assembleia.pr.leg.br)**EMENDA****EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.001/2021**

Nos termos do inciso II do art. 175 do Regimento Interno, apresenta-se emenda aditiva ao artigo 5º do PL 001/2021 acrescentando o inciso V e suas alíneas “a” e “b”, com a seguinte redação:

V - A consulta pública de que trata o inciso IV do artigo 13 da Lei 20338/2020 deve ser realizada em data específica, precedida de comunicação com 10 (dez) dias de antecedência à toda comunidade escolar.

- a. O voto de escolha do modelo de escola a ser implantado deverá ser individual e secreto, apostado em cédula onde conste a opção ( ) Sim e ( ) Não.
- b. Será admitido apenas um voto por família.

Curitiba, 13 de janeiro de 2021.

**Deputado Professor Lemos – Líder da Oposição**

**Deputado Anibelli Neto**

**Deputado Arilson Chiorato**

**Deputado Goura**

**Deputada Luciana Rafagnin**

**Deputado Requião Filho**

**Deputado Tadeu Veneri**

0010/2021-DAP

## Justificativa

A emenda objetiva acrescentar o inciso V e suas alíneas “a” e “b” ao artigo 5º do PL 001/2021, a fim de trazer regramento mínimo, ao processo de consulta pública para definição de implantação do Programa em outras escolas, a fim de dirimir dúvidas sobre a aplicação de critérios democráticos ao processo que exige medidas que garantam ampla divulgação prévia, bem como o voto individual e secreto.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues Lemos, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:07, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:20, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Arlson Maroldi Chiorato, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:21, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tadeu Veneri, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:22, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:30, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Guzella Rafagnin, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 13:32, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285879** e o código CRC **03750382**.





Emenda de Plenário nº <u>08</u>	
DAP	13 JAN 2021
<i>Cláudio</i>	

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - www.assembleia.pr.leg.br

**EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA****EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 1/2021**

Nos termos do inciso I do art. 175 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para inserir o artigo 6º no projeto de Lei nº 01/2021, de autoria do Poder Executivo, ficando renumerados os artigos posteriores, com a seguinte redação:

**Art. 6º** Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 13 da Lei nº 20.338, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**§1º** Nas instituições de ensino em que houver ocorrido a consulta pública prevista no presente artigo e a implantação do Programa Colégio Cívico-Militar tiver sido selecionada e validada pela comunidade escolar, deverá ocorrer nova consulta pública sobre o Programa, para que este seja ratificado ou removido, no prazo de 1 ano de sua implantação.

**§2º** Para realização da consulta pública de avaliação do programa, deverão ser amplamente divulgados estatísticas e dados sobre o desempenho escolar dos alunos, inclusive, mas não somente, dados do IDEB, ENEM e Prova Paraná.

Curitiba, 13 de Janeiro de 2020.

**Requião Filho**

**Deputado(a) Estadual**

001/2021 DAP

## JUSTIFICATIVA

Considerando a grande polêmica que envolveu a presente Lei, bem como por se tratar de Programa de Governo nunca implantado anteriormente, ou seja, plano-piloto, que pode dar certo ou não, é de suma importância que a comunidade escolar tenha a possibilidade de avaliar os resultados do Programa Colégio Cívico-Militar em prazo razoável após a sua implantação.

A presente emenda tem como escopo primordial a gestão democrática do ensino, prevista no art. 206, VI, da Constituição da República.

Não sendo suficiente, ainda tem o intuito de garantir o padrão de qualidade, previsto no inciso VII do artigo supra citado.

Desta forma, peço o apoio de todos para aprovação da presente emenda.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Thadeu de Mello e Silva, Deputado Estadual**, em 12/01/2021, às 16:14, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Guzella Rafagnin, Deputada Estadual**, em 13/01/2021, às 10:59, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **José Rodrigues Lemos, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 10:59, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Oliveira Brand, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:40, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Anibelli Neto, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 11:54, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Arlson Maroldi Chiorato, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:18, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tadeu Veneri, Deputado Estadual**, em 13/01/2021, às 13:22, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **0285735** e o código CRC **64A6966F**.